

PAINEL 40 – SESSAO 1

As relações ao Rio Doce em Regência (ES) como meio de resistência contra a Samarco depois do rompimento da barragem de mineração do Fundão (MG) em 2015.

Juliette Woitchik

Para o painel de hoje, gostaria apresentar uma parte da minha tese de doutorado em antropologia que defendi em Junho 2024 em Bruxelas. Meu trabalho focava sobre as transformações das relações da comunidade pesqueira de Regência, situada na foz do Rio Doce, no Estado de Espírito Santo, e o Rio Doce, após a ruptura duma barragem de mineração da empresa Samarco, em Mariana (MG), o 5 novembro de 2015 e que contaminou o Rio e a sua bacia a longo prazo.

Hoje, falarei da gestão pós-desastre e das fragilidade da mobilização coletiva, tal que observei em Regência, entre 2017 e 2022. Primeiro, apresentarei rapidamente uns dos atores chaves da gestão pós-desastre para entender melhor o contexto e a presença deles na comunidade. Em seguida, vou descrever as tentativas de organização da comunidade “face à” esses processos e como esses processos fragilizam essa mobilização coletiva. Por fim, faço a proposta de olhar formas de cuidar do território para continuidade da vida da comunidade como modos de resistências políticas contra um futuro ditado pelas empresas, no contexto duma assimetria de poder tão grande.

1) Como resposta a ruptura da barragem do Fundão, as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton assinaram um acordo “TTAC” com os governos dos estados de MG, ES e União. Esse acordo é um processo extra-judicial problemático por vários motivos, entre eles o fato de dar as empresas e estados responsáveis do desastre o pleno poder de decisão sobre as formas de lidar com a situação e de decidir quem é ou não é reconhecido como atingidos. Isso, com critérios abstratos, longe das realidades locais. Os assinantes criaram também, neste acordo, a Fundação Renova, uma fundação de direito privado com o âmbito de gerenciar os processos pós-desastre. Essa fundação é descrita como independente, mas é diretamente financiadas pelas empresas responsáveis... A sua criação funcionou como uma estratégia de fazer esquecer o nome da Samarco.

Contestando esse acordo pela falta de inclusão de participação civil, o Ministério Público e a Defensoria Pública, com ajuda de universitários e movimentos sociais como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), conseguiram uma reforma do acordo : o TAC-Gov que, entre outros elementos, garante o direito das comunidades atingidas a ajuda de assessorias técnicas, escolhida por elas, para fazer um diagnóstico detalhado dos impactos e das reivindicações. No entanto, até 2022, esse direito foi bloqueado pela Renova que manteve um monopólio dos processos.

Fora desses acordos, as ações penais contra as empresas foram rejeitadas, e agora, está tendo um processo internacional em Londres contra a BHP-Billiton, por negligência.

2) Na minha pesquisa em Regência, acompanhei esses processos e como eles foram vividos no território. Regência é um vilarejo pacato situado na foz do Rio Doce, de mais ou menos 2000 pessoas, cuja a maioria vivia da pesca artesanal tradicional antes de 2015. Ele faz parte do município de Linhares no Espírito Santo e é acessível desde a cidade por uma estrada de chão, a uns 40 km. Ela dispõe de uma escola, um posto de saúde, supermercados, pousadas e restaurantes para um turismo regional, principalmente ligado à prática do surfe. Regência é cercada por uma grande reserva biológica de acesso restrito, por campos, por infraestruturas de extração de gás e petróleo e por monoculturas de eucalipto. Além da autoridade de algumas lideranças tradicionais, a organização social é dividida em várias associações (de moradores, de comerciantes, de pescadores,

etc.) e depende também em parte de representantes do Projeto Tamar (tartarugas marinhas) e do ICMBio que tem uma autoridade reconhecida localmente (mas também contestada, em parte, que faz objeto de tensões históricas)

Com a chegada da “lama da Samarco”, a pesca foi imediatamente proibida na foz. A falta de informações fiáveis sobre a contaminação e sobre os direitos da comunidade neste contexto, criou um clima de confusão e de desconfiança geral. Sem entrar nos detalhes, eu identifiquei 3 mecanismos que fragilizaram uma mobilização coletiva forte para lutar pelos direitos, como atingidos.

a) a tese do evento como “acidente”:

No seu discurso publico, Samarco se colocou como vitima de um desastre “natural” que causou a ruptura da barragem e paralisou a suas atividades. Mesmo se esse discurso do acidente não funcionou por muito tempo nos territórios, ele teve um efeito nos primeiros meses em Regência. Logo depois do desastre, a Samarco contratou alguns pescadores locais para limpar a foz do Rio e para ajudar nos estudos científicos. Isso contribuiu a produzir uma imagem boa da empresa, que gera emprego enquanto a pesca tá proibida - Sem falar aqui das tensões internas que isso provocou, entre quem foi escolhido ou não para trabalhar.

Eu também percebi que os membros da Fundação Renova que conheci em Regência em 2018 e que tinham a carga de determinar quem era atingido e podia receber uma indenização, vinham com a intenção de fazer uma ação humanitária. Mesmo se ninguém da comunidade se enganou com esse discurso, as pessoas sabiam que dependiam da Renova para receber uma indenização e defenderam parcialmente, vendo ela como benfeitora.

b) A individualização das indenizações:

Ao contrário dos processos pós-desastre que aconteceram nas comunidades indígenas vizinhas, nas quais as indenizações foram pensadas duma forma coletiva, em Regência e outros territórios, cada pessoa teve que comprovar seu estatuto de atingido para receber dinheiro. Isso fragilizou a luta coletiva. Primeiramente, isso gerou tensão entre quem começou a receber e quem não conseguiu indenização. Em segundo lugar, quem recebeu assinou um documento no qual ele se recusa a pedir qualquer coisa a mais da Samarco ou da Renova, e se recusa a atentar qualquer ação em justiça ou outra forma de mobilização contra as empresas. As reuniões de moradores a quais eu participei contava então somente com as pessoas que ainda não receberam.

c) A perda de confiança nos mecanismos de participação coletiva:

Percebi que o MAB, Movimento social que tem uma longa historia de luta e de mobilização coletiva desde os anos 70 ao nível nacional, e que é um ator-chave da luta no contexto do Rio Doce foi recebido com desconfiança em Regência. Um dos motivo é que o Espírito Santo é um estado que não possui barragens então antes de 2015, então o MAB não atuava na região. Ele foi visto como mais uma instituição externa que ameaça a autonomia.

Para entender isso, é importante ressaltar que a comunidade de Regência e os pescadores em particular conhecem uma historia de desapropriação desde os anos 70-80 com a chegada simultânea da industria do petróleo e dos ambientalistas, que reduziram consideravelmente sua autonomia. Posso citar, entre outros: a proibição de acesso a praia ; proibição de se alimentar das tartarugas

marinhas, alimento privilegiado até então; restrição da pesca ; impactos da extração do gás e do petróleo, e da multiplicação das plataformas petrolíferas no mar, que ameaça os peixes e dificultam a pesca, obrigando a pescar sempre mais longe, em condições mais perigosas...

Não há experiências positivas com essas instituições externas, mesmo as ambientalistas, que poderiam ser aliadas na luta contra a Samarco. Esses processos foram sempre feitos sem consulta à comunidade, e quando foi feito, as vozes não foram ouvidas e respeitadas. Flavia Amboss, antropóloga que fez uma pesquisa em Regência também, já tinha analisado a deserção das reuniões de consultoria pelos pescadores pelo motivo de que : “é melhor aprovar o projeto, porque eles vão fazer, com ou sem nós”. Não tem outra opção do que aceitar compensação ambiental e social em vez de se opor e não ganhar nada”.

Noticiei também um descompasso entre a realidade local e o modo de funcionamento do MAB, que é um movimento que tem ambições de luta anti-capitalista que vão além das preocupações de grande parte da comunidade, que não tem aspirações militantes e cuja principal preocupação é recuperar uma aparência de vida cotidiana.

3) E com isso que chego agora no meu último ponto, que é a apresentação de algumas iniciativas locais de mobilização que não é diretamente direcionada contra as empresas e pensadas nos termos dos movimentos sociais mais clássicos, mas que são direcionadas ao cuidado ao rio Doce, e para a continuidade da vida (em todas suas formas) em Regência, apesar da – e com a – contaminação e as ameaças ao modo de vida que se perpetuam pela má gestão pós-desastre. – Proponho de olhar essas iniciativas como formas de resistência à imposição dum futuro desenhado pelas empresas e as suas lógicas.

a) Vigilantes da foz do rio Doce:

Em 2021, um grupo de mulheres se formou para assumir a missão de limpar a praia da Regência do lixo que desce o rio e é trazido pelas ondas. Esse lixo não é ligado à lama de Samarco mas essa iniciativa nasceu de uma necessidade para essas mulheres de cuidar da foz do Rio Doce, na medida do que é possível. É também uma oportunidade para essas mulheres de se encontrar toda semana e de se fortalecer como mulheres, num contexto onde elas normalmente são isoladas uma da outra.

b) Canoa havaiana:

Depois da proibição da pesca e das atividades de lazer dos jovens e das famílias no Rio Doce, um casal começou a organizar sessões de canoa havaiana gratuita. É uma atividade física e coletiva (até 6 pessoas) que permitia à comunidade e às crianças manter relações de familiaridade com o rio Doce, que não necessita de entrar na água e está então sem grandes riscos para a saúde.

c) Encontros ancestrais:

Este festival anual é organizado pelo coletivo Aliança rio Doce, criado por pessoas da região e além depois do desastre. O festival reúne representantes de diferentes comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas), bem como especialistas em cuidados tradicionais que vem para compartilhar suas práticas, suas trajetórias e seus conhecimentos. Segundo o coletivo, é somente através da valorização da ancestralidade que a vida nos territórios impactados teria uma chance de prosperar. Durante o evento de 2019, os organizadores pediram a todos os participantes que trouxessem um pouco de água de nascente e um pouco de terra de sua região. Essas águas foram

então misturadas e despejadas no rio, e as terras foram enterradas no solo durante uma cerimônia. Essas águas de nascente continham, segundo eles, o poder de cura necessário para o Rio Doce.

d) Surf:

Desde 2015, a Associação de Surfistas de Regência se posicionou como atores importantes da luta, pedindo de ser reconhecidos como atingindo e lutando para laudos sobre a qualidade da água do mar e sobre os riscos à saúde dos surfistas. Depois de anos de batalha, a associação conseguiu criar a primeira lei que reconhece as ondas da foz como personalidade jurídica em 2024 e, em Julho 2025, a delimitar o território como “reserva nacional de surf”, o que consolida a resistência contra um futuro ditado pelas empresas e a indústria e valoriza outros modos de se relacionar com o território.